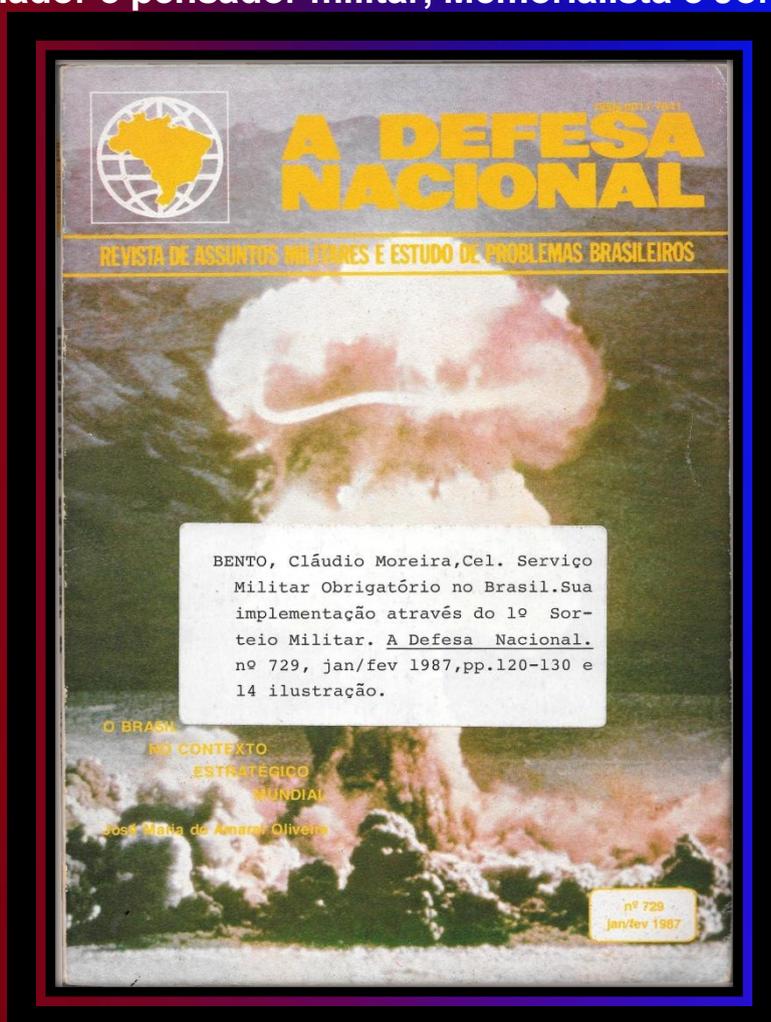


CENTENÁRIO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO 10 DEZ/2016



Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento
Historiador e pensador militar, Memorialista e Jornalista



LIVRO DIGITAL

Capa por Camila Karen Renê, com orientação do autor, tendo ao fundo as cores do Brasil e nas margens a cor azul turquesa, da Arma de Engenharia, que o autor integra desde 1953 na AMAN.



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL:

Sua implementação através do 1.º Sorteio Militar

*Pesquisa Histórica Básica Cláudio Moreira Bento**

Em 10 de dezembro de 1916, no antigo Quartel-General do Exército, na presença do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, e do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, teve lugar a cerimônia principal do 1º Sorteio Militar no Brasil.

O 1º Sorteio Militar constitui um dos mais significativos eventos da história contemporânea do Exército. Fruto de uma longa e intensa campanha cívica, alimentada por patriotas civis e militares, ele constitui o marco inicial do serviço militar obrigatório entre nós, ponto de inflexão para o surgimento de um Exército com caráter nacional e provido de reservas suficientes e bem adestradas, para atenderem à eventualidade de uma guerra.

Já transcorridos 108 anos da implantação do serviço militar obrigatório, evocar a cerimônia do 1º Sorteio Militar, interpretar sua significação histórica e apontar os pioneiros militares e civis que se assinalaram na vitoriosa campanha para concretizá-lo são os objetivos do presente trabalho.

A CERIMÔNIA DO 1ºSORTEIO MILITAR, NO RIO DE JANEIRO

O **Sorteio Militar** foi realizado em todo o Brasil, mas a cerimônia principal ocorreu no Rio de Janeiro, nas dependências do **Batalhão do Tiro 7**, a partir do meio-dia de **10 de dezembro de 1916**.

O **Batalhão do Tiro 7**, ex-Clube de Tiro Federal, fundado em 13 de maio de 1906, no local hoje ocupado pelo **Palácio Guanabara**, tinha suas dependências instaladas no pavilhão dos fundos do Quartel General do Exército, atual **Palácio Duque de Caxias**.

Ao ato compareceu o Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz. Ele chegou de automóvel ao quartel-general, acompanhado do Ministro da Guerra,

general José

Caetano de Faria, e do seu Chefe da Casa Civil, Coronel Augusto Tasso Fragoso, inspirado historiador militar, crítico e grande expoente da **Reforma Militar (1898-1945)**, desde o seu início até 1932, particularmente no período em que foi **chefe do Estado-Maior do Exército**.

O Presidente foi saudado por enorme representação de oficiais-generais do Exército, em serviço no então Distrito Federal, e comandantes de unidades, tendo à frente o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, descendente direto dos generais Bento Manoel Ribeiro e Victorino Carneiro Monteiro, o barão de São Borja.



Figura 1. Antigo Quartel-General do Exército onde teve lugar, em 10 de dezembro de 1916, na sua parte dos fundos, o 1º Sorteio Militar no Brasil. A entrada do quartel ficava na altura do Panteon de Caxias, local onde, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Participaram da recepção o Ministro da Fazenda, Lino de Matos, o Prefeito e o Chefe de Polícia do Distrito Federal e representantes do Ministro da Marinha, da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e da Guarda Nacional.

O Presidente atravessou o pátio do Quartel-General a pé, entre duas alas do **Batalhão de Tiro 7**, comandado pelo 1º Tenente Ildefonso Escobar.

A **junta do Sorteio Militar**, sob a presidência do Coronel Fredolino José da Costa e secretariada pelo Major João Veloso Ramos, tinha, como membros, o Coronel da Guarda Nacional Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro, o capitão Médico Francisco P. da Silva Reis e o Dr. Alvaro Lima Pereira, 2º Procurador da República.

A primeira célula das correspondentes a 152 alistados foi retirada,

"conforme sorte", pelo 2º Procurador da República. O primeiro sorteado foi **Alberto Garcia de Matos, alistado do município de Santa Rita**. O anúncio do seu nome foi saudado pelos presentes, com prolongada salva de palmas, seguida de repetidos "**vivas**" à **República e ao Exército**. Foram sorteados **114** alistados para preencher os claros existentes nas unidades do Exército sediadas no então **Distrito Federal**. Após o anúncio do último sorteado, o Ministro da Guerra proferiu breve oração, na qual salientou que "**A cerimônia que acabava de ser realizada era das mais importantes para a vida do Exército; não sendo possível incorporar todos os cidadãos com 21 anos, a sorte decidiu quais seriam os que prestariam serviços à instituição**."

"Prossigui dizendo que "**a Lei que o Presidente Wenceslau Braz assistira ser ali executada estava em cogitação no Exército desde 1874, ou seja, havia mais de 40 anos**."

"Congratulou-se com o Presidente pela materialização do contido na lei, expressa na cerimônia a que o mesmo Presidente fizera questão de prestigiar com a sua presença. Referiu-se aos diretores da **Liga de Defesa Nacional** presentes que, "**com o auxílio de seus amigos da Imprensa**", mobilizava a **Sociedade Civil** em prol daquela medida inadiável. E conclui, dizendo que, dali por diante, "**ser soldado deixava de ser profissão, para ser cumprimento de um dever cívico**."

As células sorteadas foram colocadas em uma urna, a qual foi lacrada em suas quatro faces, com as assinaturas de todos os membros da **Junta do Sorteio Militar**. Foi lavrado um **Termo do Sorteio Militar**, igualmente assinado, com uma histórica caneta de ouro.

A caneta foi trazida pelo **Coronel da Guarda Nacional, Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro**. Ela pertencia a seu sogro, **Marciano Augusto Botelho de Magalhães** que, como Capitão, **Diretor do Arsenal de Guerra**, a recebera de presente dos seus funcionários. **Marciano, como Capitão, e seu irmão Benjamim Constant, como Major**, integraram a diretoria do **Clube Militar** (fundado em 26 de junho de 1887), respectivamente como **2º Secretário e Tesoureiro**. A caneta serviria, mais tarde, para Benjamim Constant firmar seus primeiros atos como **Ministro da Guerra**.

O Presidente Wenceslau Braz retirou-se do local do 1º Sorteio Militar, atravessando novamente o pátio central, a pé, rumo ao Portão das Armas, entre duas alas do **Batalhão do Tiro 7**, que lhe prestou as honras de estilo, ao som da **Marcha Batida**, seguida do **Hino Nacional**. No Portão das Armas, aguardava-o seu automóvel.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO FOI UMA ÁRDUA CRUZADA CIVICA

Terminada a guerra do Paraguai, a operacionalidade do Exército, por razões alheias à Forças, caíram a níveis críticos, não só para a **defesa externa**, como para a **defesa interna** do País. A ausência de **poder dissuasório** para assegurar a paz e a tranquilidade da sociedade era um estímulo a frequentes ameaças à segurança interna. Seu pálido desempenho na **Revolução Federalista e Revolta**

na **Armada (1893-1885)** e na **Revolta de Canudos (1896-1897)** fora eloquente.

Era imperativo modificar esse quadro adverso, e dar ao Exército condições para assimilar as modificações impostas pelos avanços da **arte e ciência da guerra**.

A **Revolução Industrial** produziu a máquina a vapor que, movimentando trens e navios, levou a guerra, antes circunscrita aos campos de batalha, a amplas faixas terrestres e marítimas e permitiu a produção, em série, de munições e armamentos que permitiram uma densidade de fogos de superfície jamais imaginada. De sua parte, a **Guerra Franco-Prussiana** demonstrara que as futuras guerras seriam travadas por cidadãos comuns, convocados obrigatoriamente e submetidos a um treinamento prévio, e que os exércitos em confronto deveriam dispor de reservas de cidadãos já adestrados para o serviço militar.

No **Brasil**, a última manobra do Exército havia sido realizada em **Santa Cruz**, em 1885, sob o comando do Conde D'Eu. Os soldados eram profissionais, recrutados voluntariamente. Eles faziam, do serviço militar, um meio de vida. Seu nível de cultura era baixo e possuíam as mais variadas idades, o que tomava impossível aumentar a operacionalidade da. Força ao nível da **doutrina militar atualizada**. Não existiam reservas no padrão exigido por essa mesma doutrina, ou seja, previamente adestrada, para o serviço militar.

O **serviço militar obrigatório no Brasil** foi, assim, uma imposição da expressiva evolução da **Doutrina Militar**, consequente da **Revolução industrial**, e destinava-se a viabilizar a existência de uma compatível e bem adestrada **reserva ao Exército**, nos moldes das disponíveis pelos exércitos capacitados a enfrentar as exigências da guerra em suas novas dimensões,

A ideia data de 1874, e os constituintes de 1891 demonstraram tê-la absorvido, ao criarem a figura do **'cidadão soldado'** e ao introduzirem, na constituição que elaboraram, que **"todo brasileiro é obrigado a prestar o Serviço Militar"** (Artigo 86).

A regulamentação desse artigo, porém, demoraria **17 anos**, percorrendo uma longa caminhada, cujos passos principais merecem ser evocados.

Ao término da **Revolta na Armada**, o Capitão Tasso Fragoso, um dos seus heróis, gravemente ferido, foi enviado à Alemanha, em missão militar. Ele aproveitaria a estada em solo germânico para submeter-se à correção cirúrgica de uma seqüela, consequente de ferimento recebido. Observador perspicaz, ficou chocado com o grande fosso percebido entre a **doutrina militar vigente na Europa** e a **praticada no Brasil**. Sobre o assunto, produziu alguns artigos para a **"Revista do Brasil"**. E um deles acabou concorrendo para a criação do **Estado-Maior do Exército, em 24 de outubro de 1896** - pouco menos de um mês antes, e convém lembrar, da trágica participação do **Exército em Canudos**, quando uma companhia, sob o comando do **Tenente Pires Ferreira**, foi destruída em **Uauá** (21 de novembro).

O **Estado-Maior do Exército** teve seu regulamento assinado em **6 de**

janeiro de 1899 e foi instalado em **29 de janeiro** desse mesmo ano. Essa data assinala o marco inicial da chamada "**Reforma Militar**" (1899-1945), que transformou os baixos índices de operacionalidade do **Exército de Canudos** nos altos índices de sua honrosa participação na **Segunda Guerra Mundial**, em campos da Itália, através da **Força Expedicionária Brasileira**.

De 1899 a 1910, a "**Revista Militar**", editada pelo **Estado-Maior do Exército**, defendeu a ideia do serviço militar obrigatório como fundamento do "**Plano de Reforma do Exército**", elaborado, em 1900, pelo **Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno Medeiros** —dando ao Exército uma feição com todas as características do povo brasileiro"; conforme nele expresso.

Em **7 de maio de 1901**, em "**O País**", o 1º Tenente Raimundo Pinto Seidl, que mais tarde comandou a **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, demonstrou a necessidade do **Serviço Militar através do Sorteio Militar**, como melhor forma de assegurar a "**Defesa Nacional**".

Nesse mesmo ano sobressai, também, como paladino, em defesa do serviço militar obrigatório na reorganização do Exército, Armando Duval Sérgio Ferreira. De certa forma, foi ele porta-voz autorizado dos **marechais Mallet e Cantuária**, e tinha grande afinidade com **Tasso Fragoso**. **Duval** vivera na Alemanha, de 1902 a 1907, em comissão para compra de armamento, e mais tarde, de 1912 a 1914, **os primeiros canhões Krupp** do nosso Exército resultaram das negociações que promoveu.

Sua concepção era a dos "**Exércitos Regionais**", da forma como hoje se constata, os quadros se movimentando por todo o país e os conscritos servindo próximo de suas moradias e constituindo reserva das unidades onde prestaram o **serviço militar obrigatório**. Preconizava, ainda, "**os políticos deixando o Exército livre de interferência e este deixando de imiscuir-se em política**", pensamento de que participava o **Marechal José Caetano de Faria**, Ministro da Guerra que implantou o **serviço militar obrigatório no Brasil**.

Em 1904, o General-de-Brigada Luiz Mendes de Moraes, em "**Reformado o Exército**", fez um apelo aos seus companheiros, no sentido de que fosse reformulado o ensino no Exército, que considerava "**questão de vida e morte para os destinos do Brasil e do próprio Exército**". Seu trabalho foi secundado pelo de Augusto Sá, que fez uma análise contundente do Exército e dos seus quadros, propondo como reorganizá-lo.

Esses dois trabalhos **sacudiram o Exército**, na época, e contribuíram, em função, particularmente, **das revoltas nas escolas da Praia Vermelha e do Realengo** (esta comandada por Hermes da Fonseca), para a adoção do **Regulamento do Ensino do Exército, de 1905**. Ele marcou o ponto de inflexão do "**bacharelismo**" para o "**profissionalismo**", cuja encruzilhada, na prática, materializou-se no ensino da **Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911)**, que produziu os oficiais que iriam dinamizar e consolidar a "**Reforma Militar**".

Foi, em 1905, na gestão do Ministro Argolo, que o General Hermes da Fonseca assumiu o comando do **4º Distrito Militar (atual 1º Região Militar)** e

deu início às históricas manobras do **Curato de Santa Cruz**, no Campo dos Cajueiros, cedido ao Exército pelo suíço naturalizado Ernest Durish, grande amigo do Exército e do Brasil e um dos grandes nomes da construção da "**Defesa Nacional**". Através da **Liga de Defesa Nacional**, criada em 7 de setembro de 1916.

A ação da Revista "**A Defesa Nacional**" em favor do serviço militar obrigatório foi decisiva, principalmente através dos editoriais corajosos elaborados pelos "**jovens turcos**" Basílio Taborda, Maciel da Costa e Parga Rodrigues, de agosto a dezembro de 1916.

Foi na cidade gaúcha de Rio Grande que o patriota **Antonio Carlos Lopes**, farmacêutico, entusiasta da "**Defesa Nacional**" e da ideia do "**cidadão-soldado**", organizou a primeira "**Sociedade de Tiro**", com fuzil de guerra, e publicou o livro **O Tiro Brasileiro**. Inspirado nessa iniciativa pioneira, o General Hermes da Fonseca idealizou a "**Confederação do Tiro Brasileiro**", transformada em lei em 5 de setembro de 1906. **Antonio Carlos Lopes** foi seu primeiro diretor e a tornou uma realidade.

Cinco meses antes da criação da **Confederação**, foi fundado, no local onde hoje se situa o **Palácio Guanabara**, o "**Clube do Tiro Federal**", usando fuzis de guerra. Ele foi inspirado no modelo de "**Defesa Nacional**" da Suíça, trazido pelo Dr. Furquim Werneck, antigo prefeito do Rio de Janeiro, e por Ernest Durish, respectivamente primeiro e segundo presidentes da entidade, que seria transformada em "**Tiro 7**", ao comando do Tenente Ildefonso Escobar.

Sob a presidência de Ernest Durish, o **Tiro 7** atingiu grande desenvolvimento e seu exemplo foi seguido em todo o Brasil. Com ele, pela primeira vez, passou a ser solucionado o crucial problema para a reserva do Exército profissional, embora de forma romântica.

Por essa época, foi também criada a figura do "**Voluntário de Manobras**", destinado a aumentar o efetivo do Exército profissional, por ocasião de manobras. A prática nelas adquirida o credenciava a ser liberado do serviço militar e a integrar a reserva. Muitos cariocas, estudantes de, essa modalidade de prestação do serviço militar. Entre eles, o filho do Barão do Rio Branco, nosso grande estadista, historiador e diplomata. Rio Branco acreditava que "a neutralidade de um país não subsiste sem força armada que a sustente" e que, "na ordem internacional, a maior prova de sensatez e inteligência é sustentar as boas intenções (inclusive pacifistas) com as melhores forças armadas possíveis", e mais, que "o primeiro direito de um povo na paz é ser livre", e que, "na ordem internacional, ser livre é condição que exige alto preço e sacrifícios na manutenção de forças armadas à altura de assegurar a liberdade de um país considerado."

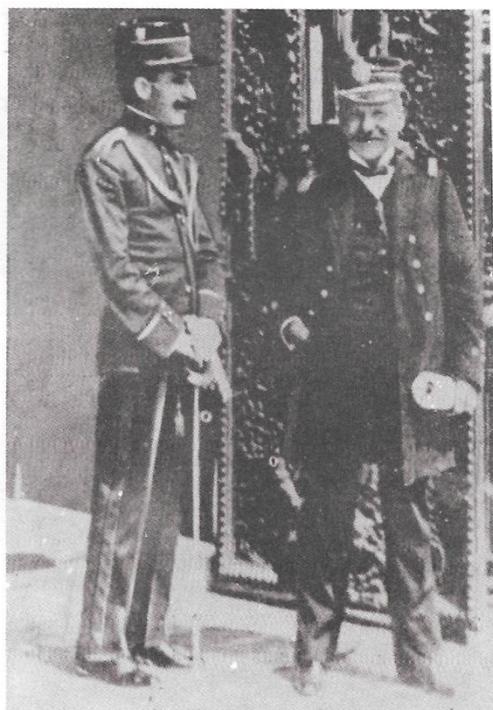


Figura 8. O Marechal Hermes posa, na porta do Palácio do Catete, ao lado de seu filho e ajudante-de-ordens, 2º Tenente Mário Hermes, tendo na mão esquerda o decreto nº 1860 da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que acabava de ser assinado pelo Presidente Afonso Pena. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Em 10 de outubro de 1906, o patriota Alcindo Guanabara, jornalista e deputado federal pelo então Distrito Federal, apresentou o projeto da Lei do Sorteio Militar. Coadjuvaram no, na defesa do projeto, os senadores Soares dos Santos, do Rio Grande do Sul, e Fernando Mendes, do então Distrito Federal, e os deputados federais Jayme Darcy, do Rio Grande do Sul, Carlos Peixoto Filho, do Maranhão, e Fernandes Mendes, do Rio de Janeiro. O apoio parlamentar da bancada do Rio Grande do Sul, a histórica "fronteira do vaivém", recém-talado pela sangrenta Revolução de 93, foi eloqüente. Urgia reformular a "Defesa Nacional", para poupar a sociedade civil de revoluções sangrentas, como a Federalista, que envolvera os estados sulinos.

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, através do Sorteio Militar, foi promulgada em 4 de janeiro de 1908, graças ao apoio decisivo do Presidente Afonso Pena e do Senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul.

Nessa época surgiu, em Pernambuco, onde o espírito da nacionalidade brasileira floresceu e, com ele, o espírito do Exército Brasileiro, nas memoráveis batalhas dos Guararapes e na Insurreição Pernambucana (1645-1654), a atuação em prol do serviço militar obrigatório, através do grande patriota, jornalista e historiador Mario Mello. Foi ele, no Nordeste, o grande apóstolo da organização da "Defesa Nacional", a qual reconhecia extremamente débil e incompatível com a posição do Brasil no cenário internacional ou, como hoje se diria, "sem condições

de propiciar soberania necessária ao governo, para estabelecer acordos e enfrentar antagonismos".



Figura 9. 1908, 29 de novembro, bar da Exposição Nacional da Praia Vermelha. O Mal. Hermes conversa com o Cel. Ernest Durish, presidente do Tiro Federal. Nesse dia o Ministro da Guerra, em cerimônia de rara beleza e civismo, entregou o Pavilhão Nacional ao "Batalhão de Atiradores". (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Em 25 de novembro de 1908, foi organizada a primeira "Reserva de Exército", na Exposição Nacional da Praia Vermelha. Ela foi constituída pelo Batalhão de Atiradores do Tiro chái Hermes da Fonseca veio a candidatar-se à Presidência da República.

O maior alvo da oposição contra sua candidatura foi o projeto de organização da Defesa Nacional, apoiada no Sorteio Militar. Muitos investiram contra ele, das tribunas, peia imprensa e até no seio do Exército, onde a inovação não era bem vista em certas áreas, por romper tradição quase secular. E tudo foi feito para retardar, burlar e, até, inquirar de inconstitucional a nova lei. Por suas políticas de salvação nacional, o confronto de Hermes com as oligarquias estaduais acabou por inviabilizar a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório durante seu período de governo.

A lei, cuja execução foi retardada durante 8 anos, até 10 de dezembro de 1916, foi implantada pelo Presidente Wenceslau Braz, vice-presidente de Hermes da Fonseca, e pelo General Caetano de Faria, seu Ministro da Guerra e que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército, no período presidencial de Hermes.

À implantação da Lei do Sorteio Militar para a prestação do serviço militar obrigatório, seguiram-se dois atos de grande repercussão na "Reforma Militar", de molde a concentrar, sob o controle do Exército, através do seu estado-maior, para fins de adestramento uniforme e organização de uma reserva, toda a força militar terrestre.

O primeiro refere-se à guarda nacional, existente desde 1831, que passava a subordinar-se ao Exército, como tropa de 2ª linha, até ser extinto, em 1918, com aproveitamento, na reserva, de oficiais que satisfizessem certos parâmetros. O segundo foi a incorporação das polícias militares como forças auxiliares do Exército.

O problema da formação de oficiais da reserva foi solucionado, pouco mais tarde, com a criação dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Por ocasião do centenário da Independência, decorridos quase cinco anos do 1º Sorteio Militar, a feição do Exército pode ser avaliada pelo texto abaixo, extraído do livro histórico do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, que fora transferido para Itajubá, fazia três anos, atendendo à indicação do Presidente Wenceslau Braz. Assim escreveu o comandante da unidade, em grafia aqui conservada:

A situação (do Exército adendo nosso) no ponto de vista de eficiência é florescente. Ahí estão: a sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra; a sua instrução talhada em novos moldes que vem dos ensinamentos da convulsão mundial; o seu aparelhamento, oriundo do que de melhor produzem os centros da bellotechnica; o seu aquartelamento em casernas higiênicas e ricas de conforto, distribuídas pelas regiões militares; os arsenais para o reparo e o fabrico de armas, as fábricas de munições, os carros de assalto, as esquadrinhas aéreas, as escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Sargentos instrutores, os exercícios de quadros, as manobras da 3ª Região, a concentração rápida que teve lugar por ocasião da alteração da ordem num dos estados do norte, a convocação frutuosa de várias classes de reservistas para a parada do Centenário.

Tudo isto, material, pessoal, instituições, causas e efeitos, denotam que o Exército está em bom pé e se prepara, graças à patriótica orientação do actual governo da República, para o desempenho de sua elevada e sacrossanta missão - a segurança da Pátria.

E vós meus camaradas mineiros, filhos destas imponentes montanhas da Suíça Brasileira, berço do prómartyr da República, o Tiradentes, vós mesmos sois um atestado do aperfeiçoamento de nossas instituições, com o vosso aspecto uniforme, sobretudo pelos característicos da idade, imprimia um cunho do Exército moderno que se recruta nos seios da Sociedade, grupando em classes os seus jovens concidadãos, fazendo desaparecer das fileiras o velho soldado profissional ou mercenário.

O 1º SORTEIO MILITAR, SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa, na Europa, a 1ª Guerra Mundial (1914- 1918) e fazia cerca de 50 dias que o Presidente Wenceslau Braz solucionara a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivadora da

"Revolta do Contestado" (1912- 1911), teve lugar, em todo o Brasil, o 1º Sorteio Militar.

Foi ele, como já se disse, o marco inicial do serviço militar obrigatório, há 70 anos em vigor no Brasil, e ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (ativo e da reserva), com caráter nacional e de autêntica representação do "povo em armas", no qual ser soldado deixou de ser profissão, mal vista pela sociedade civil, para se constituir em sagrado dever cívico, relacionado com a Defesa Nacional. Foi, sem dúvida, o mais importante evento da "Reforma Militar" (1899-1945), por suas benéficas projeções.

O Brasil foi das últimas nações a adotar o serviço militar obrigatório, decorrência, como foi ressaltado, da Revolução Industrial. Esta provocou uma grande sofisticação na arte e ciência da guerra. Sofisticação que impôs, aos exércitos modernos, uma poderosa, bem treinada e articulada reserva nos seus efetivos de paz. Sofisticação que tornou a organização militar de um país um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação, no tocante à estruturação, equipamento, instrução e motivação do seu Exército, seja visando ao seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, em particular, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, como preconizou o Barão do Rio Branco, poder o país "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações."

A sofisticação em apreço tornou inviável, para o Brasil, recorrer à Guarda Nacional, às polícias estaduais e aos heróicos Batalhões de Voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação heróica e memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Por outro lado, tornou-se inviável também, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável e pelos altíssimos custos decorrentes, recorrer-se a soldados profissionais para integrarem um Exército volumoso, mantido sempre, como necessário, em seu efetivo de guerra.

Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional nas dimensões que atendam a todas as suas necessidades. Tal solução tem sido ainda evitada, politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se casta, sem caráter nacional e raízes na sociedade civil, divorciada das aspirações populares. A História, a mestra das mestras, está cheia de exemplos de exércitos profissionais, destinados à defesa da Sociedade civil, que se transformaram, por alguns dos seus chefes, em instrumento para subjuga-la.

De resto, o sistema do soldado profissional experimentado pelo Brasil, de 1870 a 1916, não resistiu ao advento da Revolução Industrial. Mesmo os pequenos efetivos fixados pelo Exército deixaram de ser atendidos, pela inexistência de voluntários em número suficiente. O estágio do desenvolvimento da economia do país já oferecia opções profissionais mais vantajosas que a profissão militar. A solução brasileira adota um sistema misto.

Uma parte do Exército é profissional, constituída de oficiais e sargentos recrutados por meio de concursos de seleção, rigorosos e democráticos, a que podem concorrer todos os segmentos da sociedade civil. Eles percorrem uma carreira normal, ao término da qual passam a integrar a reserva, até uma idade-limite que os incompatibilize para operações bélicas.

A outra parte é de conscritos. Eles são recrutados para prestar um ano de Serviço Militar, ao fim do qual integrarão a reserva, como soldados, cabos ou sargentos egressos das unidades militares, soldados egressos dos Tiros de Guerra e oficiais egressos dos CPOR e NPOR.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimentada anualmente, pelos que concluíram seu tempo de serviço na ativa, como profissionais, ou pelos que terminaram o serviço militar obrigatório, como conscritos.

O sorteio militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou, dessa forma, ao Brasil, um Exército de paz compatível e um enorme Exército em reserva, capazes de atuar como elemento de dissuasão ou de alimentar um esforço de guerra prolongado, na eventualidade indesejável da ocorrência desse fenômeno sempre presente e vivo na História da Humanidade.

Sendo o Brasil, por tradição, um país que não alimentou, nem alimenta, sonhos de conquista, os integrantes do seu Exército (ativa e reserva), como parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guerra. Aspiram que ela nunca aconteça. Mas cabe-lhe o dever cívico, e disso estão conscientes, de não perderem um só minuto no seu preparo, da melhor forma possível, para a defesa do Brasil na eventualidade de um conflito bélico.

Pode ser que alguns entendam que a realização de um soldado seja participar de uma guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz, fiel ao pensamento: "Se queres a prepara-te para guerra-Civis Pacem"

Que é o Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e se apuram.

Para confirmá-lo, basta consultar o imenso contingente de brasileiros que, desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do serviço militar.

Quando nada, é uma forma justa de imposto social, em benefício da segurança do país. O cidadão paga-o durante um ano e desfruta, por todo o resto da vida, do benefício que os conscritos que o precederam e daqueles que o sucederão no serviço militar lhe proporcionam. Hoje o serviço militar obrigatório, com as correções nele introduzidas desde sua adoção, mobiliza um contingente de cerca de um milhão e meio de jovens alistados anualmente. Destes, somente cerca de cem mil são incorporados às fileiras do Exército. E o Exército tem sabido ser flexível em seu processo de seleção dos conscritos, de modo a conjugar os interesses seus com os da sociedade civil a que serve.

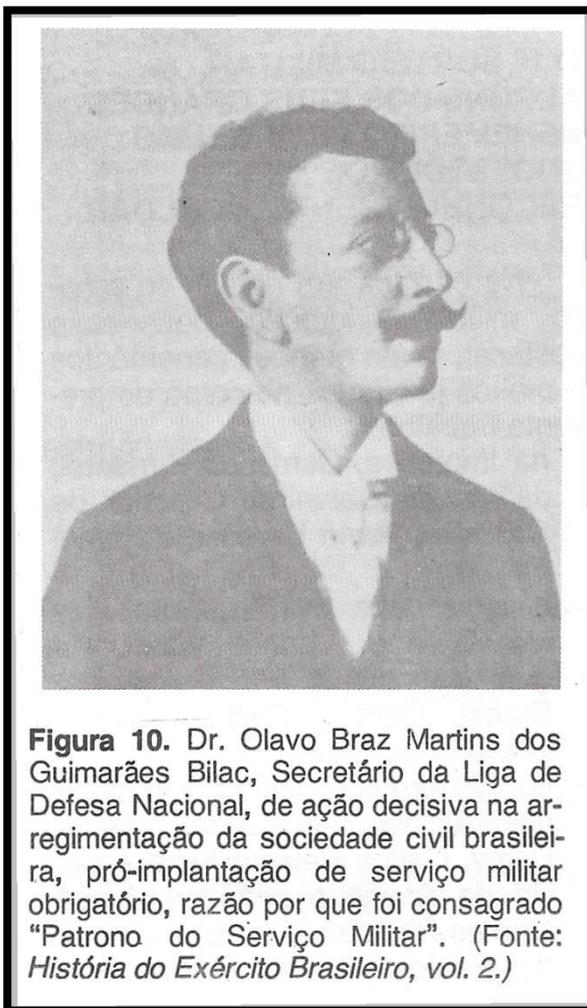


Figura 10. Dr. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Secretário da Liga de Defesa Nacional, de ação decisiva na arregimentação da sociedade civil brasileira, pró-implantação de serviço militar obrigatório, razão por que foi consagrado "Patrono do Serviço Militar". (Fonte: *História do Exército Brasileiro, vol. 2.*)

Em decorrência da revolução tecnológica, ele terá agora, como os demais exércitos do mundo, de recrutar, seguramente, expressiva parcela de soldados com alto nível de escolaridade, para operarem os equipamentos de alta tecnologia que, a cada instante, estão sendo postos nas mãos do combatente militar. E, mais uma vez, o Exército e a sociedade deverão saber encontrar o ponto de equilíbrio que atenda às aspirações e necessidades mútuas, sem modificar o serviço militar obrigatório.

Ser livre é condição que exige alto preço e sacrifícios na manutenção de forças armadas à altura de assegurar a liberdade de um país considerado."

Em 10 de outubro de 1906, o patriota Alcindo Guanabara, jornalista e deputado federal pelo então Distrito Federal, apresentou o projeto da Lei do Sorteio Militar. Coadjuvaram-no, na defesa do projeto, os senadores Soares dos Santos, do Rio Grande do Sul, e Fernando Mendes, do então Distrito Federal, e os deputados federais Jayme Darcy, do Rio Grande do Sul, Carlos Peixoto Filho, do Maranhão, e Fernandes Mendes, do Rio de Janeiro. O apoio parlamentar da bancada do Rio Grande do Sul, a histórica "fronteira do vaivém", recém-talado pela sangrenta Revolução de 93, foi eloquente. Urgia reformular a "Defesa Nacional", para poupar a sociedade civil de revoluções sangrentas, como a Federalista, que envolvera os estados sulinos.



Figura 9. 1908, 29 de novembro, bar da Exposição Nacional da Praia Vermelha. O Mal. Hermes conversa com o Cel. Ernest Durish, presidente do Tiro Federal. Nesse dia o Ministro da Guerra, em cerimônia de rara beleza e civismo, entregou o Pavilhão Nacional ao "Batalhão de Atiradores". (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, através do Sorteio Militar, foi promulgada em 4 de janeiro de 1908, graças ao apoio decisivo do Presidente Afonso Pena e do Senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul.

Nessa época surgiu, em Pernambuco, onde o espírito da nacionalidade brasileira floresceu e, com ele, o espírito do Exército Brasileiro, nas memoráveis batalhas dos Guararapes e na Insurreição Pernambucana (1645-1654), a atuação em prol do serviço militar obrigatório, através do grande patriota, jornalista e historiador Mario Mello. Foi ele, no Nordeste, o grande apóstolo da organização da "Defesa Nacional", a qual reconhecia extremamente débil e incompatível com a posição do Brasil no cenário internacional ou, como hoje se diria, "sem condições de propiciar soberania necessária ao governo, para estabelecer acordos e enfrentar antagonismos".

Em 25 de novembro de 1908, foi organizada a primeira "Reserva de Exército", na Exposição Nacional da Praia Vermelha. Ela foi constituída pelo Batalhão de Atiradores do Tiro chái Hermes da Fonseca veio a candidatar-se à Presidência da República.

O maior alvo da oposição contra sua candidatura foi o projeto de organização da Defesa Nacional, apoiada no Sorteio Militar. Muitos investiram contra ele, das tribunas, peia imprensa e até no seio do Exército, onde a inovação não era bem vista em certas áreas, por romper tradição

quase secular. E tudo foi feito para retardar, burlar e, até, inquinar de inconstitucional a nova lei. Por suas políticas de salvação nacional, o confronto de Hermes com as oligarquias estaduais acabou por inviabilizar a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório durante seu período de governo.

A lei, cuja execução foi retardada durante 8 anos, até 10 de dezembro de 1916, foi implantada pelo Presidente Wenceslau Braz, vice-presidente de Hermes da Fonseca, e pelo General Caetano de Faria, seu Ministro da Guerra e que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército, no período presidencial de Hermes.

À implantação da Lei do Sorteio Militar para a prestação do serviço militar obrigatório, seguiram-se dois atos de grande repercussão na "Reforma Militar", de molde a concentrar, sob o controle do Exército, através do seu estado-maior, para fins de adestramento uniforme e organização de uma reserva, toda a força militar terrestre.

O primeiro refere-se à guarda nacional, existente desde 1831, que passava a subordinar-se ao Exército, como tropa de 2- linha, até ser extinto, em 1918, com aproveitamento, na reserva, de oficiais que satisfizessem certos parâmetros. O segundo foi a incorporação das polícias militares como forças auxiliares do Exército.

O problema da formação de oficiais da reserva foi solucionado, pouco mais tarde, com a criação dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Por ocasião do centenário da Independência, decorridos quase cinco anos do 1º Sorteio Militar, a feição do Exército pode ser avaliada pelo texto abaixo, extraído do livro histórico do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, que fora transferido para Itajubá, fazia três anos, atendendo à indicação do Presidente Wenceslau Braz. Assim escreveu o comandante da unidade, em grafia aqui conservada:

A situação (do Exército - adendo nosso) no ponto de vista de eficiência é florescente. Ahi estão: a sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra; a sua instrução talhada em novos moldes que vem dos ensinamentos da convulsão mundial; o seu aparelhamento, oriundo do que de melhor produzem os centros da bellotechnica; o seu aquartelamento em casernas higiênicas e ricas de conforto, distribuídas pelas regiões militares; os arsenais para o reparo e o fabrico de armas, as fábricas de munições, os carros de assalto, as esquadrinhas aéreas, as escolas de Estado-Maiore de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Sargentos instructores, os exercícios de quadros, as manobras da 3ª Região, a concentração rápida que teve lugar por ocasião da alteração da ordem num dos estados do norte, a convocação fructuosa de várias classes de reservistas para a parada do Centenário.

Tudo isto, material, pessoal, instituições, causas e efeitos,

denotam que o Exército está em bom pé e se prepara, graças à patriótica orientação do actual governo da República, para o desempenho de sua elevada e sacrossanta missão - a segurança da Pátria.

E vós meus camaradas mineiros, filhos destas imponentes montanhas da Suissa Brasileira, berço do prómartyr da República, o Tiradentes, vós mesmossois um atestado do aperfeiçoamento de nossas instituições, com o vossoaspecto uniforme, sobretudo pelos característicos da idade, imprimis um cunho do Exército moderno que se recruta nos seios da Sociedade, grupando em classes os seus jovens concidadãos, fazendo desaparecer das fileiras o velho soldado profissional ou mercenário.

O 1ºSORTEIO MILITAR, SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa, na Europa, a 1ª Guerra Mundial (1914- 1918) e fazia cerca de 50 dias que o Presidente Wenceslau Braz solucionara a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivadora da "Revolta do Contestado" (1912- 1911), teve lugar, em todo o Brasil, o 1º Sorteio Militar.

Foi ele, como já se disse, o marco inicial do serviço militar obrigatório, há 70 anos em vigor no Brasil, e ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (ativo e dareserva), com caráter nacional e de autêntica representação do "povo emarmas", no qual ser soldado deixou de ser profissão, mal vista pela sociedade civil, para se constituir em sagrado dever cívico, relacionado com a Defesa Nacional. Foi, sem dúvida, o mais importante evento da "Reforma Militar" (1899-1945), por suas benéficas projeções.

O Brasil foi das últimas nações a adotar o serviço militar obrigatório, decorrência, como foi ressaltado, da Revolução Industrial. Esta provocou uma grande sofisticação na arte e ciência da guerra. Sofisticação que impôs, aos exércitos modernos, uma poderosa, bem treinada e articulada reserva nos seus efetivos de paz. Sofistificação que tornou a organização militar de um país um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação, no tocante à estruturação, equipamento, instrução e motivação do seu Exército –seja visando ao seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, em particular, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, como preconizou o Barão do Rio Branco, poder o país "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações."

A sofisticação em apreço tornou inviável, para o Brasil, recorrer à Guarda Nacional, às polícias estaduais e aos heróicos Batalhões de Voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação

heróica e memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Por outro lado, tornou-se inviável também, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável e pelos altíssimos custos decorrentes, recorrer-se a soldados profissionais para integrarem um Exército volumoso, mantido sempre, como necessário, em seu efetivo de guerra.

Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional nas dimensões que atendam a todas as suas necessidades. Tal solução tem sido ainda evitada, politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se casta, sem caráter nacional e raízes na sociedade civil, divorciada das aspirações populares. A História, a mestra das mestras, está cheia de exemplos de exércitos profissionais, destinados à defesa da Sociedade civil, que se transformaram, por alguns dos seus chefes, em instrumento para subjugar-la.

De resto, o sistema do soldado profissional experimentado pelo Brasil, de 1870 a 1916, não resistiu ao advento da Revolução Industrial. Mesmo os pequenos efetivos fixados pelo Exército deixaram de ser atendidos, pela inexistência de voluntários em número suficiente. O estágio do desenvolvimento da economia do país já oferecia opções profissionais mais vantajosas que a profissão militar. A solução brasileira adota um sistema misto.

Um parte do Exército é profissional, constituída de oficiais e sargentos recrutados por meio de concursos de seleção, rigorosos e democráticos, a que podem concorrer todos os segmentos da sociedade civil. Eles percorrem uma carreira normal, ao término da qual passam a integrar a reserva, até uma idade-limite que os incompatibilize para operações bélicas.

A outra parte é de conscritos. Eles são recrutados para prestar um ano de Serviço Militar, ao fim do qual integrarão a reserva, como soldados, cabos ou sargentos egressos das unidades militares, soldados egressos dos Tiros de Guerra e oficiais egressos dos CPOR e NPOR.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimentada anualmente, pelos que concluíram seu tempo de serviço na ativa, como profissionais, ou pelos que terminaram o serviço militar obrigatório, como conscritos.

O sorteio militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou, dessa forma, ao Brasil, um Exército de paz compatível e um enorme Exército em reserva, capazes de atuar como elemento de dissuasão ou de alimentar um esforço de guerra prolongado, na eventualidade indesejável da ocorrência desse fenômeno sempre presente e vivo na História da Humanidade.

Sendo o Brasil, por tradição, um país que não alimentou, nem alimenta, sonhos de conquista, os integrantes do seu Exército (ativa e reserva), como

parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guerra. Aspiram que ela nunca aconteça. Mas cabe-lhe o dever cívico, e disso estão conscientes, de não perderem um só minuto no seu preparo, da melhor forma possível, para a defesa do Brasil na eventualidade de um conflito bélico.

Pode ser que alguns entendam que a realização de um soldado seja participar de uma guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz.

Que é o Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e se apuram.



Figura 10. Dr. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Secretário da Liga de Defesa Nacional, de ação decisiva na arregimentação da sociedade civil brasileira, pró-implantação de serviço militar obrigatório, razão por que foi consagrado "Patrono do Serviço Militar". (Fonte: *História do Exército Brasileiro*, vol. 2.)

Para confirmá-lo, basta consultar o imenso contingente de brasileiros que, desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do serviço militar.

Quando nada, é uma forma justa de imposto social, em benefício da segurança do país. O cidadão paga-o durante um ano e desfruta, por todo o resto da vida, do benefício que os conscritos que o precederam e daqueles que

o sucederão no serviço militar lhe proporcionam.

Hoje o serviço militar obrigatório, com as correções nele introduzidas desde sua adoção, mobiliza um contingente de cerca de um milhão e meio de jovens alistados anualmente. Destes, somente cerca de cem mil são incorporados às fileiras do Exército. E o Exército tem sabido ser flexível em seu processo de seleção dos conscritos, de modo a conjugar os interesses seus com os da sociedade civil a que serve.

Em decorrência da revolução tecnológica, ele terá agora, como os demais exércitos do mundo, de recrutar, seguramente, expressiva parcela de soldados com alto nível de escolaridade, para operarem os equipamentos de alta tecnologia que, a cada instante, estão sendo postos nas mãos do combatente militar. E, mais uma vez, o Exército e a sociedade deverão saber encontrar o ponto de equilíbrio que atenda às aspirações e necessidades mútuas, sem modificar o serviço militar obrigatório em vigor - não por capricho ou teimosia, mas or imposição da soberania e seguanças nacionais.



Figura 11. O Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ocupa local de relevo na vitoriosa campanha pró-instituição do serviço militar obrigatório, para a qual concorreu com o seu imenso patriotismo e parte de seu patrimônio. (Fonte: CALMON. *Miguel Calmon* e FONSECA et ESCOBAR. *Primórdios da Organização da Defesa Nacional.*)

O 1º SORTEIO MILITAR, ALGUNS DOS SEUS GRANDES BENEMÉRITOS E ALGUMAS SUGESTÕES DE RECONHECIMENTO A SALDAR.

Na cruzada em defesa do serviço militar obrigatório, poder-se-ia destacar, como grandes beneméritos

- Muitos já citados no corpo do presente trabalho:
- Na Imprensa, Os mundo Pimentel, Jarbas de Carvalho, Castelar de Carvalho, Mario Cardoso e Ernâni Figueira;

na sociedade civil brasileira, Furkim Werneck, Afonso Viseu, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ernest Durish, Pedro Lessa e Olavo Bilac;

- no Congresso Nacional, deputados Alcindo Guanabara, Jaime Darcy, Carlos Peixoto Filho e Elísio de Araújo e senadores José Gomes Pinheiro Machado, Soares dos Santos e Fernando Mendes.

É possível que, algum dia, o 1º Tenente Ildelfonso Escobar seja consagrado "Patrono dos Tiros de Guerra do Brasil", por sua atuação decisiva e marcante na implantação desse tipo de instituição, inspirada em modelo SUÍÇO, no Brasil.

De igual forma, é possível que o Presidente Wenceslau Braz e o general José Caetano de Faria, responsáveis diretos pela implantação do serviço militar obrigatório, venham a receber, do Exército, homenagem consagradora merecida.

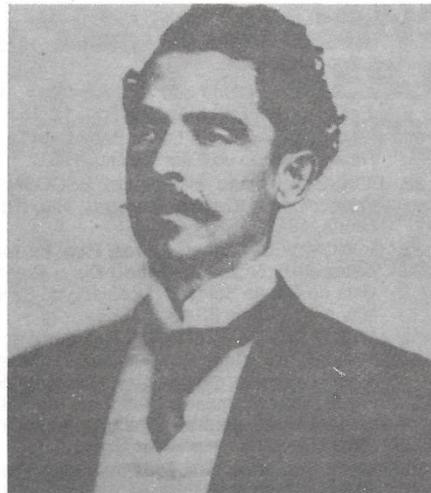


Figura 12. Na difícil luta para tornar realidade o serviço militar obrigatório, não podem deixar de ser ressaltadas as ações decisivas do senador, pelo Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado, veterano da guerra do Paraguai e comandante de forças no combate à "Revolução Federalista" de 1893. (Fonte: *História do Exército Brasileiro.*)

De longa data, a comunidade civil de Itajubá pleiteia que seja dado, ao **4º Batalhão de Engenharia de Combate**, o nome histórico de "**Batalhão Wenceslau Braz**", considerado "a menina dos meus olhos" pelo presidente ilustre, em razão de ele o haver pleitado para ali aquartelar-se.

Caetano de Faria é hoje o nome do edifício onde está aquartelada a Polícia de Choque do Rio de Janeiro. Existem intenções de homenageá-lo dando seu nome ao **Campo de Instrução de Gericinó** ou, ainda, tornando-o Patrono da Aviação do Exército. Foi durante sua gestão como Ministro da

Guerra que, pela primeira vez na América do Sul, na "**Campanha do Contestado**", o avião foi usado em operações militares, bem como foram lançados os fundamentos que tornaram possível a criação da Escola de Aviação do Exército, em 1919.

De igual forma, é possível que, um dia, o Exército venha a adotar, como "**Patrono do Serviço Militar do Exército**", o patriota Miguel Calmon Du Pin e Almeida, por sua ação decisiva e exemplar, memorável e inesquecível, na "**Liga de Defesa Nacional**", durante a campanha nacional de convencimento da sociedade civil em apoio à adoção do serviço militar obrigatório. É o que nos confirma a leitura de sua biografia, escrita por seu afilhado, professor Pedro Calmon, outro grande amigo do Exército.

Nota. O presente artigo foi composto com base em trabalho realizado pela "**Comissão de Pesquisa Histórica Básica**" de **A Defesa Nacional**, em seu terceiro ano de atividade, assinado por seu presidente, Coronel Cláudio Moreira Bento. A interpretação por ele traduzida valeu-se das seguintes fontes, que poderão fornecer maiores detalhes sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA

1. AMAN, **História da Doutrina Militar**. Barra Mansa, Curso de História, 1979.p.69-77.
2. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, Memórias do Gen. Francisco Paula Cidade
- Arquivo Seletivo.
3. .Dossiê da Confederação de Tiro A Defesa Nacional, dez.1918, p.106-109.
5. BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE-49. Síntese Histórica.-1912-83.
Itajubá, 1983.
6. BENTO, Claudio Moreira, Cel. **A Defesa Nacional** - Paula Cidade um soldado a serviço do Exército, nº 705, 1983, p. 13-32.
7. __.Centenário do Gen. Bertoldo Klinger, **A Defesa Nacional** nº711, 1984, jan./fev.p.5-16.
8. __.Reunião do Clube Militar para a fundação de **A Defesa Nacional** nº 715, 1984, set./out. P.168-169.
9. __.O Poder Nacional e o estudo crítico da História Militar. **A Defesa Nacional** nº 717, 1985, jan./fev. pp. 75-81-.
10. __.-Mal José Caetano de Farias **A Defesa Nacional** nº725, 1986, mai./jun.
11. __.Integração Quartel-Pais-Conscritos. **Revista Cultura Militar**,

EME,1973.

12. _____.Influências estrangeiras no Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, 1985.
10. CARVALHO, Estevão Leitão. O Voluntário no Exército. **A Defesa Nacional** n°10, nov. 1913, p. 42-43.
11. COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército na Política e na Sociedade Brasileira**. Rio, Ed. Forense, 1976.
12. A DEFESA NACIONAL. Editorial. A Organização Nacional. 1916, p.177-179. .Editorial. Recuar é covardia.set./1916, p. 369-371.
14. ___.Editorial. Avante, Custe o que Custar.out./1916, p.1-3.
15. ___. Editorial. A Grandeza Nacional e o Momento Militar, nov. 1915, p. 49-51.
16. _____.Editorial. Plantar para o Inimigo, jul. 1916, p. 312.
17. _____.Editorial. Indústria Nacional, mar.1917.p.250.
18. Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro**. Brasília, SERGRAF, 1972,v.2, p. 801-804.
19. **História do Estado-Maior do Exército**. Rio, BIBLIEX, 1984, pp.12-15.
20. FERREIRA, Armando Duval Sérgio. 1°Ten. **Reorganização do Exército**. Rio,1901.
- 21.FONSECA, Mário Hermes et ESCOBAR. **Primórdios da Defesa Nacional**. Rio, Tip.Glória, 1943.
- 22.GONÇALVES, Leônidas Pires,Gen Ex-Ministro do Exército. Ordem do Dia e Entrevista no Dia do Soldado. **Noticiário do Exército**, n° 7.683, de 25 ago. 1986.
23. MINISTÉRIO DE EXÉRCITO. **Relatórios dos Ministros da Guerra, 1900-1922**: Mallet, Argolo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, Souza Aguiar e Calógeras, na Sala de Ministros da Guerra e Patronos do Exército, no Arquivo Histórico do Exército.
- 24.REVISTA DO CLUBE MILITAR. O Arquivo Histórico do Exército e a Memória da Força Terrestre. Rumo, n° 276, 1986, p. 17-20.
27. SÁ, Augusto da Silva e 1°Ten. **Exércitos Regionais ou Problemas de uma Organização para o nosso Exército**. Porto Alegre, 1905 (Era AJO do Cmt da Região).
- 28.SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. **Anais do Exército Brasileiro**. Rio, BIBLIEX, 1938/39/40. 3 vols.
- 29.SANTOS, Francisco Ruas. **Coleção Bibliográfica Militar**. Rio, BIBLIEX,1961.
30. .Índice de **A Defesa Nacional**,1913-57, no Arquivo Histórico do Exército.
30. SENA, Davis Ribeiro de, Cel. Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional.**A Defesa Nacional** n° 715, set/out/84, p. 29-39.

Nota em 2024 do autor

Em 1874 foi baixado um Regulamento de Ensino no Exército que criava oficias doutores engenheiros e em Ciências Físicas e Matemáticas, com alternativa para valorizar o oficial, que desde 1816 até 1870 vivia em continuadas guerras externas e internas. Medidas para inclusive os tornar bons partidos para casamentos pois, até então casar com um deles simboliza viuvez potencial sem direito a proteção previdenciária. E assim o Exército passou a ser liderado por oficiais bacharéis. Mas com a adoção do Regulamento de 1905 por oficias e filhos de oficias veteranos da Guerra do Paraguai, decorrente da **Revoltada Vacina Obrigatória da Escola Militar** em 1904, manipulada por lideranças políticas civis. Foi adotado –o **Regulamento de 1905**, ponto de inflexão do bacharelismo militar para o profissionalismo militar que até hoje impera e se desenvolve a cada dia. Profissionalismo militar voltado para a Segurança do Brasil interna e externa, São conclusões denunciadas pelos Marechais João Batista Mascarenhas de Moraes e Estevão Leitão de Carvalho e General Francisco de Paula Cidade.

E o resultado foi a sua baixa operacionalidade do **Exército na Guerra Civil 1893-1995 e Revolta na Armada 1893-894 e na Guerra da Revolta de Canudos em 1897**, situações que foram resolvidas por lideranças **tarimbeiras** do Rio Grande do Sul.

Sobre Canudos foram mobilizados 500 civis e a eles dado o posto de Alferes. Em decorrência dessa situação, teve início a REFORMA MILITAR 1898-1945, iniciativa do Gen João Nepomuceno Medeiros Mallet, Ministro da Guerra, e filho do Patrono da Artilharia e que criou em 1898 o **Estado-Maior do Exército e a Fábrica de Pólvora sem fumaça em Piquete – SP**, a pioneira na América do Sul que passou a satisfazer a demanda do Exército e da Marinha, e não mais a importá-la.

As situação na Europa de previsível guerra, o que ocorreria em 1914-1918, mostrou que o Exército não possuía reservas, pois era uma instituição de soldados profissionais. Em 7 set 1902 foi fundado em Rio Grande-RS, o primeiro Tiro de Guerra pelo depois Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes e logo a seguir, o seu exemplo foi oficializado pelo Ministro de Guerra General Hermes da Fonseca.

Em 1905 O Marechal Hermes realiza com tropa de diversas categorias as célebres **Manobra de Santa Cruz** reedição de Manobras na mesma área em 1885, lideradas pelo Conde D`Eu e do qual Hermes da Fonse fora o seu Ajudante de Ordens.

Na Grande Reforma do Exército em 1908 procedida pelo Marechal Hermes da Fonseca surgiram a **Lei do Serviço Militar Obrigatório**, a **Lei do Sorteio Militar**, a **Lei do Voluntariado Militar**, as **Leis da criação do Tiros**

de Guerra da Criação de Brigadas Estratégicas, e da Arma de Engenharia e a construção de quartéis modernos, e compra na Europa de fuzis **Mauser**, Metralhadoras **Madsen** e canhões **Krupp** com respectivas fabricas de munições instaladas ao lado da Escola Militar do Realengo.

Ede 1910 – 1912 enviou oficiais do Exército para tirarem cursos no Exército da Alemanha, o vencedor da **Guerra Franco Prussiana**. De retorno ao Brasil, eles desenvolveram grande esforço reformador e passaram a ser denominados **Jovens Turcos** lembrando oficiais reformadores do Exército da Turquia.

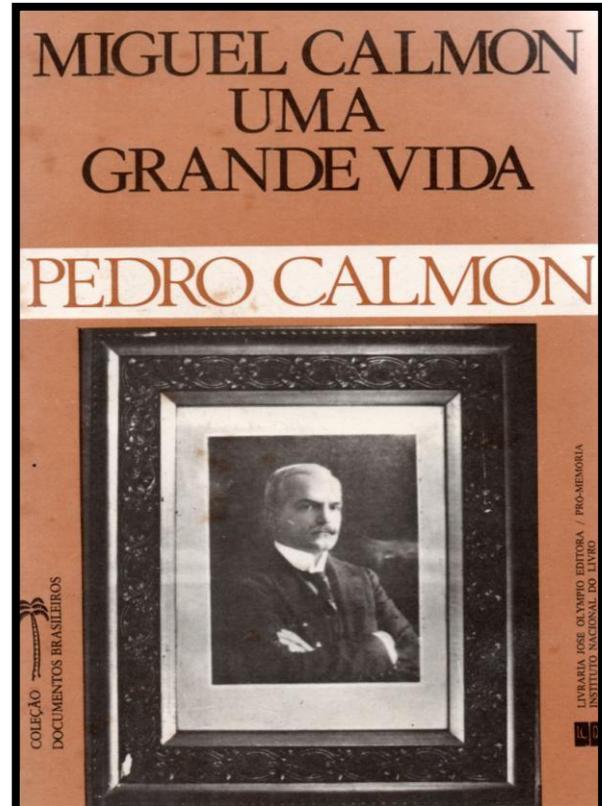
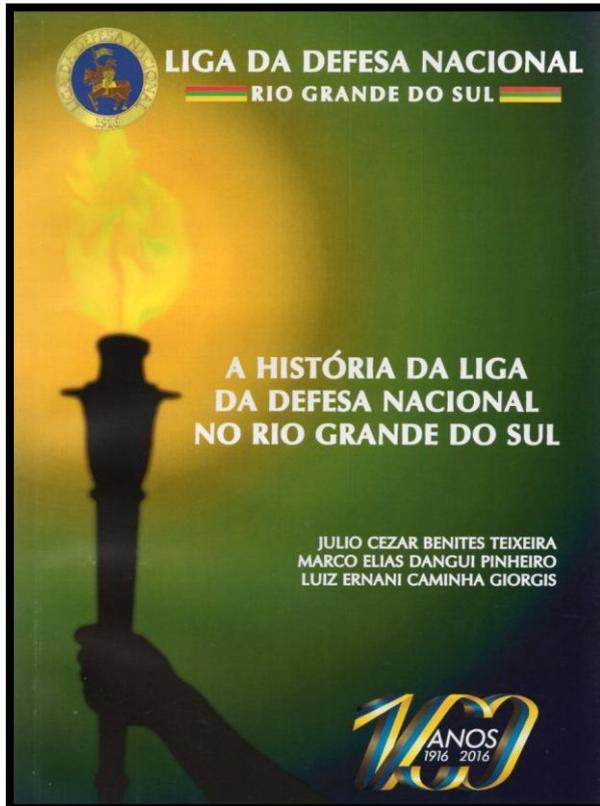
Em 1910 em Porto Alegre, foi criada a **Revista dos Militares** na 3ª Região Militar e entre seus articulistas o Capitão Francisco de Paula Cidade, que junto com os oficiais que cursaram na Alemanha, fundaram no Clube Militar em 20 de setembro de 1913 a Revista **A Defesa Nacional**, sendo que no Paraná e Santa Catarina de 1912 – 1915 ocorreu a **Revolta do Contestado**, pacificada pelo general Fernando Setembrinode Carvalho, o qual em sua memória deste evento revela os seus conhecimentos em **Ciência e Arte Militar**, apreendidos em obras francesas. E na Europa tinha inicio a 1ª Grande Guerra, que obrigava o Brasil a melhor se preparar militarmente.

Em 7 de setembro de 1916 foi criado a **Liga de Defesa Nacional** dois anos antes do término da 1ª Guerra Mundial e neste ano o término da **Revolta do Contestado** e decorrido 2 meses. em Dezembro de 1916 foi instituído o **Serviço Militar Obrigatório** pelo presidente Wenceslau Braz objeto do presente artigo.

E em 1918 estando o Brasil em guerra, como aliado, das Forças que combatiam a Alemanha na Europa, foi enviada em caráter sigiloso, uma equipe de 24 oficiais para combaterem na França, e lá se familiarizarem com

doutrina militar aliada e indicar os melhores equipamentos a adquirir. General Bento Carneiro Monteiro **Chefe do EME** selecionou em concurso um grupo de oficiais para instruírem o alunos da Escola Militar Grupo que passou a História como **Missão Indígena 1919-1921**, e com vistas a evitar que a **Missão Militar Francesa**, influísse na instrução dos futuros oficiais. Comissão uma espécie de Missão Militar Alemã integrada por oficiais que tiraram cursos no Exército Alemão 1910- 1912. Sobre o Centenário da Fundação da Liga de Defesa Nacional foi ser lançada preciosa obra pela Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, de autoria de Julio Cezar Benitez Teixeira, Marco Elias Dangui Pinheiro e Luiz Ernani Caminha Giorgis, meu parceiro em diversas obras da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e presidente de sua hoje independente no Rio Grande do Sul **AHIMTB-RS General Rinaldo Pereira da Câmara**. A

qualfundamos em 20 dez 2019 quando fomos obrigados a extinguir a FAHIMTB por falta de recursos para mantê-la por termino de contrato de PTTC por ordem do então Chefe do DPACex não aceitado proposta de continuidade pelo Comandante da AMAN .



A direita a obra sobre a LDN /RGS ea esquerda a obra de Pedro Calmon **MIGUEL CALMON, UMA GRANDE VIDA**, em 1983 para a qual a pedido do autor concorremos com dados sobre a esposa de Miguel Calmon de Pin Almeida, a rica estancieira pelotense Alice Porciúncula, cujos vultosos recursos através do marido, financiou campanha de Olavo Bilac pró Serviço Militar Obrigatório

A obra **LIGA DE DEFESA NACIONAL –RS**, publica uma síntese biográfica com fotos de todos os seu presidentes, desde o seu primeiro presidente, o Presidente do Rio Grande Dr Borges de Medeiros. E nas p.141/172 históricas ilustrações de suas atividades as p.181/256, sobre as **79 Corridas do Fogo Simbólico da Pátria**.E nas p.85/86 evoca a obra imortal de Olavo Bilac de propaganda do **Serviço Militar Obrigatório Brasil** e hoje **Patrono do Serviço Militar Obrigatório**, e o **Dia do Reservista**, é comemorado na data de seu nascimento. E foram criadores da **LDN** Rui Barbosa, Pedro Lessa, Miguel Calmon Du Pin Almeida, o Presidente da Republica Wenceslau Braz e Miguel Calmon de Pin Almeida citado no livro que não corresponde ao Miguel Calmon fundador da **Liga de Defesa Nacional** e sim ao que escreveu Pedro Calmon no livro acima Miguel Calmon casado com a riquíssima Alice da Porciúncula, pelotense e com parentesco em Cangucu-RS minha terra natal, onde no inicio do século XX,

na Florida foi impresso um jornal, em pano de seda branca, em homenagem a Miguel Camon Du Pin e Almeida. Mas o equívoco original partiu do CPDOC/FV que forneceu aos autores o nome errado. Forneceu o nome do sobrinho e não o do tio. Equívocos desta natureza são comuns como de João Simões Lopes Neto ao escrever em 1912, no centenário das freguesias de Pelotas e Canguçu, baseado em falsa informação de um conferencista pelotense na Biblioteca Pública de Pelotas que falou e escreveu que em Canguçu Velho foi a sede da primeira redução jesuítica. Pois confundira os rios Camacua e Piratini tributários das Lagoa dos Patos e do Canal São Gonçalo, com os tributários do rio Uruguai, entre os quais os jesuítas fundaram São Nicolau, a primeira redução jesuítica, Pedro Calmon meu querido mestre que sempre me estimulou desde 1970, ao escrever o meu 1º livro as **Batalhas dos Guararapes**, registra dados genealógicos as p 68//69 da rica esposa de Miguel Calmon esquecida entre os que lutaram pelo Serviço Militar Obrigatório e cuja fortuna financiou a campanha de Olavo Bilac. Alice tinha origem como pai no tenente miliciano que comandou em 1812 o Forte de Santa Tereza e como major e coronel participou da invasão da Cisplatina por D. Diogo de Souza. Personagens que abordo em meu livro **A guerra da Restauração do Rio Grande** hoje disponível em Livros e Plaquetas em Rio Grande do Sul no meu site www.ahimtb.org.br e no Google.

Recordar é reviver! Foi com satisfação que em dedicatória do livro de Pedro Calmon que me ofertou, ele registrou esta dedicatória de próprio punho.

“Ao querido confrade, Coronel Claudio Moreira Bento, cordial homenagem e à cultura rio-grandense, a que o amigo se dedica e que nos revelou a alta qualidade do espírito de Alice Miguel Calmon, grande pelotense.” Pedro Calmon. Rio 7.12.1983.

Foi com satisfação que vi no valioso livro da **Liga de Defesa Nacional-RS** a participação dos acadêmicos da AHIMTB; Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, dr Eduardo Cunha Muller e Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia.

Creio que este meu artigo sobre a adoção do **Serviço Militar Obrigatório** e o Livro da **LDN-RS sobre o Centenário da Liga de Defesa Nacional** resgatem para as gerações do presente do futuro esta grande luta vencida, a adoção do Serviço Militar Obrigatório e os brasileiros que se destacaram nesta luta. Aqui cumpre-me destacar duas personalidades O Presidente Wenceslau Braz, em cuja presidência em 1914-18 e tendo como

Ministro da Guerra o Marechal Caetano de Farias o como Chefe da Casa Militar o General Augusto Tasso Fragoso. Wenceslau Braz em cujo governo a Defesa Nacional tomou grande impulso. E enfrentou e pacificou a **Revolta do Contestado 1912-1916** e declarou guerra a Alemanha e enviou para o Teatro da 1ª Guerra Mundial, uma Esquadra Brasileira, uma Missão Médica e uma Comissão, já citada composta de 24 oficiais, e estimulou a criação da Liga de Defesa Nacional e o Sorteio Militar. E por fim extinguiu a Guarda Nacional e tornou as Polícias Militares reserva do Exército. Razão que como comandante do 4º BE Cmb em Itajubá, 1981-1982 havermos proposto como sua denominação histórica **Batalhão Presidente Wenceslau Braz**, que ele conseguiu levar para Itajubá e esteve presente no lançamento da pedra fundamental da atual caserna. Mas o Secretário do Exército conseguiu impor a denominação de **Pontoneiros da Mantiqueira**. Obra notável de Wenceslau Braz um civil, tendo por Ministro da Guerra Marechal Caetano de Farias, cuja obra havia sido esquecida e que resgatei com enorme dificuldades no artigo citado na bibliografia. E ele antigo professor no Casarão da Várzea esteve presente na cerimônia do **1º Sorteio Militar** que aqui abordamos bem como antes na **Fundação da Liga de Defesa Nacional. História é Verdade e Justiça**, o que tentamos fazer em relação ao Presidente Wenceslau Braz e ao seu Ministro da Guerra e a gaúcha Alice Porciúncula, esposa de Miguel Calmon de Pin e Almeida, que patrocinou a Campanha de Olavo Bilac. Atribui-se a Napoleão este pensamento.

O sucesso de empreendimento depende de 4 coisas: 1º Uma boa idéia. 2º Dinheiro. 3º Dinheiro e 4ª Dinheiro.

E foi a fortuna da gaúcha Alice, mulher de Miguel Calmon que patrocinou a vital e vitoriosa campanha de Olavo Bilac o que Pedro Calmon abordou em seu livro citado, com o qual colaboramos.

No meu livro **O Exército na Proclamação da República disponível para baixarem Livros e Plaquetas, em Exército no meu site www.ahimtb.org.br e no Google e possível constatar como era o soldado profissional, antes da adoção do Serviço Militar Obrigatório ,**

**CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO
EM JANEIRO DE 2025**



Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento
Historiador e pensador militar, Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Cláudio Moreira Bento, Turma Asp Mega Eng AMAN 1955, nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Filho do Tabelião Conrado Ernani Bento e Cacilda Moreira Bento. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, e do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na República Argentina. Integrou, como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador, convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército - perfil militar de um povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980. Academia sobre a qual escreveu 6 livros sobre sua História, disponíveis para baixar em Livros e Plaquetas em História da AMAN no seu site www.ahimtb.org.br e no Google, além de diversos artigos, inclusive sobre o Espadim de Caxias, arma privativa dos cadetes. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1990, onde criou em sala especial o Arquivo da FEB. É autor de mais de 327 obras (Álbuns, livros e plaquetas), disponíveis para serem baixados em Livros e Plaquetas no seu site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no seu site. Publicou o livro **Marechal José Pessoa - seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, o qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1983. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas, bem como Comendador da Medalha

Homens de Honra pela Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura, além de diversas condecorações militares e civis. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves-RS, na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado serviço de natureza nacional relevante, tendo recebido de seu comandante, como prêmio, para sua Companhia de Equipamento Mecânico uma caminhonete Rural Aero Willys, por haver sua companhia r batido um record de 20 metros de perfuração semanal do Túnel 20, então considerado o maior da América do Sul, na bitola 4,90 de largura. Fundou e presidi a Academia Canguçuense, e fundou e presidiu a Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba e correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. É cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária e de igual modo de seu berço natal Canguçu-RS, da AMAN e do Exército. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e nos NPORs de Pelotas, e Itajubá e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**, que foi lançada no ano de 2022, Bicentenário da Independência. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançou seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. O Cel Bento também possui livros de sua autoria na Biblioteca Mindlin, atual Biblioteca da USP - Universidade de São Paulo. Este ano de 2025 completará 93 anos de idade. Se Deus quiser!. Em seu site www.ahimtb.org.br, em Livros e Plaquetas, em Cel Bento e no Google, pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar - não vivi em vão!** Toda a sua obra historiográfica e jornalística está disponível em seu site, criado e administrado por seu filho Veterano Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento. Obrigado a extinguir a FAHIMTB em 20 dez 2019, por falta de recursos para mantê-la por término de seu contrato por PTTC, criou independentes 5 AHIMTB, até então dependentes da FAHIMTB, com a finalidade de se manterem fiéis ao espírito da FAHIMTB, durante os seus 23 anos de profícua existência. Este ano, com apoio da Fundação Habitacional do Exército, publicará seu livro **Os 80 da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende**.

Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com.

Currículo cultural de Camila Karen Renê



Camila Karen Costa Santos Renê. Nasceu em 13 de novembro de 2001, filha de Daniel Renê de Oliveira e da pedagoga Josiane Costa Santos Renê. E possui a irmã Gabriela. Estudou no Colégio Estadual Olavo Bilac de 2012 a 2019 onde cursou o ensino fundamental e o ensino médio.

Trabalhou como secretária do Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) de 30 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2019 e, a partir desta data, como secretária particular do historiador Cel Cláudio Moreira Bento.

Cursa Direito na Associação Educacional D. Bosco (AEDB) desde Fevereiro de 2022.

Foi condecorada pela Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, como Cavaleiro do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil, por sua destacada contribuição à História Militar Terrestre do Brasil e também como Colaboradora Emérita da extinta FAHIMTB.

Escreveu o livro digital **RELAÇÃO DE DIPLOMAS, MEDALHAS, TROFÉUS E ETC NO APARTAMENTO DO CEL BENTO EM RESENDE-RJ**, disponível no site www.ahimtb.org.br

Camila segundo o Cel Bento:

“Camila iniciou a trabalhar comigo aos 15 anos, em outubro de 2017, quando cursava o 1º ano do Curso Médio no Colégio Estadual Olavo Bilac. Trabalhou comigo na sede da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) que eu havia fundado em Resende-RJ em março de 1996, a qual foi logo acolhida pela Academia Militar das Agulhas Negras AMAN.

E convidei seus pais, por ser Camila menor, para ver onde ela trabalharia. Eu me responsabilizei por ela. Ela trabalhava 3 vezes por semana, à tarde. Pois de manhã cursava o Curso Médio.

E Camila logo demonstrou grande vontade de aprender. Era muito aplicada, responsável e respeitosa. E logo passou a dominar o computador como hábil digitadora e digitalizadora. Não precisava mais que uma explicação. Ela captava logo e executava o solicitado e era muito estimada pelos funcionários da Biblioteca da AMAN que me apoiavam..

Em 20 de Dezembro 2019 com a extinção da FAHIMTB, por falta de recursos para a manter, em razão da extinção de meu contrato de Prestador de Tarefa para escrever e publicar a História do Exército e rompimento do apoio financeiro que de longa data recebia da FHE-POUPEX, tive de fundar independente 5 AHIMTBs que até então eram subordinadas a FAHIMTB e na esperança que elas dessem continuidade ao trabalho da extinta FAHMTB.

E passei a trabalhar, ou melhor, me divertir continuando a escrever sobre a História do Exército por conta própria. Pois quem faz o que gosta e sabe fazer, não trabalha se diverte!

E contratei Camila para comigo trabalhar de acordo com as Leis Trabalhistas, para que ela pudesse patrocinar seus estudos de Direito na Faculdade de Direito da Fundação Educacional D. Bosco, na qual vem se destacando por suas boas notas.

Depois de 6 anos é muito expressiva a contribuição da Camila para o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro em especial. Por agilizar a produção de meus livros e artigos sobre História Militar e os encaminhando ao meu filho, o Veterano Capitão de Mar e Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, que desde a fundação da FAHIMTB criou e administra meu site www.ahimtb.org.br. Desenvolvimento rápido de meus Livros e Plaquetas, graças aos seus notáveis conhecimentos de Informática, que aprendeu sem curso e por curiosidade e do uso do Celular, além de realizar meus serviços de Bancos e Correios. Tudo com elevada presteza e dedicação exemplares.

Camila Karen foi minha parceira e do Eng e Ten R2 Art Israel Blajberg no 1º Volume da História do **21º GAG Grupo Monte Bastione** e minha parceira no 2º Volume da História de 21º GAC e seus ancestrais com apoio em grande parte em pesquisa 21º GAC Grupo Monte Bastione e não publicada do saudoso Gen Ex Paulo Cesar de Castro, quando comandante do 21º GAC, mas que não tratou da **História do 21º GAC** atual que a realizamos bem como a de seu antecessor na FEB que foi feita pelo Eng e Ten R2 Art Israel Blajberg. E também fizemos o currículo cultural do General Paulo Sérgio, rico em informações culturais tarefa

facilitada pela digitalização dos originais do General Paulo Sergio de Castro pelo parceiro Israel Blajberg.

Enfim, Camila tornou-se uma valiosa e prestimosa assessora deste historiador e jornalista. Desenvolveu uma boa capacidade e criatividade de fazer as capas de meus Livros e Plaquetas digitais e até estará sendo co-autora de alguns de meus livros digitais.

Esta é a jovem e dedicada Camila Karen que trabalha há 6 anos comigo e que a considero hoje uma espécie de bisneta do coração, pois até o momento não possuo bisnetos. Até ela respondeu todas as minhas perguntas sobre Informática e sobre o uso do Celular. Ela já construiu um belo nome, e votos de que ela continue a enriquecer o seu nome. Pois é muito importante em nossas vidas construir um belo e confiável nome.”

A Camila tem sido também minha professora de Informática. Há 24 anos iniciei minha incursão em computação, ao receber de meu filho CMG Carlos Norberto seu velho computador. E hoje consigo digitae, mas me faltam alguns detalhes que a Camila me informa.